

# A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 6

Marcelo Máximo Purificação  
Elisângela Maura Catarino  
Éverton Nery Carneiro  
**(Organizadores)**



**Atena**  
Editora

Ano 2020

# A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 6

Marcelo Máximo Purificação  
Elisângela Maura Catarino  
Éverton Nery Carneiro  
**(Organizadores)**



**Atena**  
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
E24	<p>A educação no âmbito do político e de suas tramas 6 [Recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Elisângela Maura Catarino, Éverton Nery Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF            Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.            Modo de acesso: World Wide Web.            Inclui bibliografia            ISBN 978-65-5706-050-6            DOI 10.22533/at.ed.506201805</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas.            I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Catarino, Elisângela Maura.            III. Carneiro, Éverton Nery.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.81</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, o e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 6”, contém histórias, relatos de experiências e de investigações desenvolvidas em vários contextos de formação científica. A diversidade de autores e de suas áreas de atuação colaboraram para a construção de um processo plural e múltiplo de pensar. Organizado em dois eixos temáticos, traz discussões que perpassam pelos pressupostos teórico-metodológicos, dando visibilidade a estudos e resultados de práticas, nas seguintes dimensões: (i) Educação entre as políticas e confabulações sociais – uma seção composta por 11 artigos que endossam a reflexão sobre políticas públicas e políticas educacionais, a partir dos seguintes liames – Interdisciplinaridade no meio acadêmico; Metodologias ativas na formação continuada de docentes; O cuidar e o educar na Educação Infantil; O estudante surdo/aproximações iniciais; Política educacional; Programa escola do amanhã x IDEB; Perfil políticos de estudantes de jornalismo do Centro-oeste do Brasil; Políticas Educacionais-breves reflexões; Políticas públicas-FUNDEB; PMBA x Escola-cidadania; Ensino religioso na rede pública municipal-Vila Velha ES. (ii) A proeminência da educação em contextos sociais - nessa seção a educação em diálogo com as tramas sociais se materializa nos discursos que trazem marcas e identificação da complexidade do cotidiano brasileiro; por esses discursos perpassam as seguintes ideias - Interações entre Universidade e Escola; Metodologias Participativas; Pedagogo e concursos públicos; Ser professor na/para Educação Inclusiva; Serviço social/profissionais híbridos; Atuação docente; As interações sociais para a prevenção e combate ao bullying; Potencial de fitorremediação; Saúde pública/Educação Ambiental; Residência Pedagógica; Escola sem partido.

Portanto, este é um e-book que abrange e diversifica discussões no tripé – Educação-Política-Trama Social, organizado em 24 textos que poderão colaborar para a formação de estudantes, desenvolvimento profissional de professores que dialogam e/ou têm pretensão de aprofundarem-se sobre as temáticas discutidas.

Marcelo Máximo Purificação

Filomena Teixeira

Cláudia Denís Alves da Paz

## SUMÁRIO

### EDUCAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS E AS CONFABULAÇÕES SOCIAIS

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
INTERDISCIPLINARIDADE NO MEIO ACADEMICO: UM CIRCUITO DE AÇÕES EDUCATIVAS NOS MUSEUS DA UFU	
Amanda Patricia Tagliaro Humberto Torres Gonzales	
DOI 10.22533/at.ed.5062018051	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>9</b>
METODOLOGIAS ATIVAS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES PARA A MODALIDADE A DISTÂNCIA	
Aline Pinto Amorim Cherini Dulcileia Marchesi Costa	
DOI 10.22533/at.ed.5062018052	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
O CUIDAR E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Karin Débora Rodrigues Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.5062018053	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>32</b>
O ESTUDANTE SURDO E A RECEPÇÃO FILOSÓFICA NO ENSINO MÉDIO: APROXIMAÇÕES INICIAIS	
Edson Teixeira de Rezende Geraldo Balduino Horn Sueli Fatima Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.5062018054	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>47</b>
O PAR COMO MECANISMO DE POLÍTICA PÚBLICA NA LITERATURA DA POLÍTICA EDUCACIONAL	
Jacqueline Nunes Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.5062018055	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>59</b>
O PROGRAMA ESCOLAS DO AMANHÃ: ORIGENS, IMPLANTAÇÃO E OS RESULTADOS NO IDEB	
Luiza Alves de Oliveira Jairo Campos dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5062018056	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>76</b>
PERFIL POLÍTICO DE ESTUDANTES DE JORNALISMO – UMA ANÁLISE DE TRÊS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DA REGIÃO CENTRO-OESTE	
Antonia Alves Pereira Rosana Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5062018057	



**CAPÍTULO 8 ..... 91**

POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: BREVES REFLEXÕES

Welton Rodrigues de Souza

DOI 10.22533/at.ed.5062018058

**CAPÍTULO 9 ..... 100**

POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS NA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O FUNDEB

Vanessa de Aguiar Oliveira Laja

Elisabeth dos Santos Tavares

Michel da Costa

DOI 10.22533/at.ed.5062018059

**CAPÍTULO 10 ..... 111**

PROJETO UM CAMINHAR PARA A CIDADANIA: DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA RELAÇÃO PMBA E ESCOLA

Luciano Araújo Lima

Aline Maria da Conceição de Jesus

DOI 10.22533/at.ed.50620180510

**CAPÍTULO 11 ..... 113**

RELIGIÃO NA ESFERA PÚBLICA: QUESTÕES PEDAGÓGICAS, TÉCNICAS E SOCIOCULTURAIS DO ENSINO RELIGIOSO NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA

Alexandre Camelo Tavares

Ivani Coelho Andrade

DOI 10.22533/at.ed.50620180511

**A PROEMINÊNCIA DA EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS SOCIAIS**

**CAPÍTULO 12 ..... 120**

INTERAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA: PROPOSTAS PARA PENSAR A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INOVADORES

Camila de Barros Rodenbusch

Fernanda Fátima Cofferi

Sheila Caroline Saviczki

Bettina Steren dos Santos

Lorena Machado do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.50620180512

**CAPÍTULO 13 ..... 131**

METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS PARTICIPATIVAS: AVALIANDO À APRENDIZAGEM

Marta Fuentes-Rojas

Priscilla Perla Tartarotti Von Zuben Campos

DOI 10.22533/at.ed.50620180513

**CAPÍTULO 14 ..... 143**

O LUGAR DO PEDAGOGO NÃO ESCOLAR NOS EDITAIS (2010-2019) DE CONCURSOS PÚBLICOS NO DISTRITO FEDERAL

Francisco Thiago Silva

Danilo Nogueira de Souza Pugas

Edna Mara Correa Miranda

DOI 10.22533/at.ed.50620180514

**CAPÍTULO 15 ..... 159**

O PENSAR, O SENTIR E O AGIR DOCENTE NA TRANSFORMAÇÃO DO SER PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Marcia Raika e Silva Lima

**DOI 10.22533/at.ed.50620180515**

**CAPÍTULO 16 ..... 169**

O SERVIÇO SOCIAL E A DIMENSÃO DA LINGUAGEM: “NOVOS DESAFIOS PROFISSIONAIS NO ENSINO HÍBRIDO”

Geni Emília de Souza

Elisangela Pereira de Queiros Mazuelos

Anderson Barros da Silva

Kelly Cristina Coutinho

**DOI 10.22533/at.ed.50620180516**

**CAPÍTULO 17 ..... 184**

OS DESAFIOS PARA A ATUAÇÃO DOCENTE NA OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA O ENSINO MÉDIO

Sandra Papadopulos

**DOI 10.22533/at.ed.50620180517**

**CAPÍTULO 18 ..... 188**

IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR NO INCENTIVO AS INTERAÇÕES SOCIAIS PARA A PREVENÇÃO E COMBATE AO *BULLYING*

Oliria Maria Palitot da Costa Pessoa

Fábio Ricardo Martins Pessoa

Luana Palitot da Costa Pessoa

José Willames Pereira da Costa Filho

Maria Dilma Costa de Sousa

Lucas Costa Batista

**DOI 10.22533/at.ed.50620180518**

**CAPÍTULO 19 ..... 201**

POTENCIAL DE FITORREMEDIAÇÃO DO AZEVÉM E CORNICHÃO EM SOLOS CONTAMINADOS COM IMAZAPIR + IMAZAPIQUE

Beatriz Wardzinski Barbosa

Kellyn Klein

Mirla Andrade Weber

**DOI 10.22533/at.ed.50620180519**

**CAPÍTULO 20 ..... 209**

QUALIDADE EM SAÚDE PÚBLICA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SOBRAL-CE

Leidy Dayane Paiva de Abreu

Francisco Bruno Monte Gomes

Lívia Alves de Souza

Erandir Cruz Martins

Francisca Emanuela Paiva de Abreu

Petronio Silva de Oliveira

Maria Magnólia Batista Florêncio

José Laécio de Moraes

Francisco Evanildo Simão da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.50620180520**

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>221</b>
RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: REFLEXÕES ACERCA DA ESTRUTURA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO E DA PRÁTICA DOCENTE NO PROCESSO EDUCACIONAL	
<a href="#">Marciele Gomes Rodrigues</a> <a href="#">Thalita Brenda dos Santos Vieira</a> <a href="#">Letícia de Andrade Ferreira</a> <a href="#">Raiane de Brito Sousa</a> <a href="#">Rayane Erika Galeno Oliveira</a> <a href="#">Marcos Jadiel Alves</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50620180521</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>232</b>
TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA VERSUS “ESCOLA SEM PARTIDO”: EDUCAR PARA ÉTICA E CIDADANIA COMO ALTERNATIVA AO Esvaziamento da Esfera Pública	
<a href="#">Rafael Britto de Souza</a> <a href="#">Claudia Teixeira Gadelha</a> <a href="#">Isabella Nunes de Albuquerque</a> <a href="#">Vicente Thiago Freire Brazil</a> <a href="#">Alison Peterson Alves de Matos</a> <a href="#">Francisco Edineudo Sousa Ferreira</a> <a href="#">Rodrigo Raimar Andrade Leite</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50620180522</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>241</b>
UMA REFLEXÃO SOBRE A AUTODECLARAÇÃO DA SEXUALIDADE A PARTIR DA VISÃO DE FUTUROS PROFESSORES	
<a href="#">Joseanne Aparecida Maramaldo Levi</a> <a href="#">José Gregório Viegas Brás</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50620180523</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>250</b>
EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS	
<a href="#">Marcelo Máximo Purificação</a> <a href="#">Nélia Maria Pontes Amado</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50620180524</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....	<b>259</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>260</b>

## TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA VERSUS “ESCOLA SEM PARTIDO”: EDUCAR PARA ÉTICA E CIDADANIA COMO ALTERNATIVA AO Esvaziamento da Esfera Pública

Data de aceite: 11/05/2020

**Rafael Britto de Souza**

UECE - Crateús

**Claudia Teixeira Gadelha**

PUC- São Paulo

**Isabella Nunes de Albuquerque**

IJF- Fortaleza

**Vicente Thiago Freire Brazil**

UECE- Crateús

**Alison Peterson Alves de Matos**

ESTÁCIO- Ceará

**Francisco Edineudo Sousa Ferreira**

ESTÁCIO- Ceará

**Rodrigo Raimar Andrade Leite**

ESTÁCIO, Ceará

**RESUMO:** O trabalho tem por objetivo fazer uma reflexão sobre o ensino da ética e da cidadania no atual contexto escolar brasileiro. Partimos da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas (1989) e Apel (1994) e propomos uma leitura histórico-conceitual da problemática envolvida no atual cenário educacional brasileiro que envolve movimentos como o “escola sem partidos” e polêmicas relacionadas com questões de gênero, raça e direitos humanos em geral. Seguindo o diagnóstico dos autores acima mencionados,

as sociedades ocidentais desenvolveram um sistema de complementaridade no qual a razão é reduzida ao seu aspecto instrumental e domina o espaço público, ao passo que a ética tende a ser reduzida ao seu aspecto volitivo e ser relegada à esfera privada da vida. No cenário atual, parcelas conservadoras da sociedade civil, ou instituições sociais também conservadoras reclamam o espaço escolar como se este fizesse parte da esfera privada. É imprescindível, portanto, discutir o papel dos educadores na defesa da educação e da escola como representantes de valores sociais da esfera pública. Para isso, a concepção relativista deve ser superada por uma concepção de razão, ética e cidadania universalista, que inclua e respeite essas diferenças em um mesmo espaço público, guiado por valores democráticos, humanitários e emancipatórios. Concluiremos nosso argumento defendendo que cabe à escola promover esse fortalecimento da esfera pública, mediante o enfoque na razão comunicativa, democrática por definição, e universalizante por finalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ação Comunicativa, Escola sem Partido, Cidadania

**ABSTRACT:** This work's goal is to consider the teaching of ethics and citizenship in the

contemporary brazilian school context. We begin at Habermas' and Apel's Theory of Communicative Action. Then we present a historic and conceptual reading of the issue implicated in the brazilian educational setting that involves the current political movements such as "school without ideology" ("escola sem partidos") and controversies related to gender, race and human rights in general. Following the author's diagnosis it is possible to assume that western societies developed a complementary system in which rationality is reduced to its instrumental aspect and dominates the public spaces as ethics is reduced to its volitional aspect and is relegated to the private scope. In the current scenario, conservative institutions and populations demand the school's space as their own private space. The role of educators in the defense of public value of education and school system is discussed. Therefore, the relativist conception of rationality, ethics and universal citizenship must be overcome, in such a way that these differences can be included and respected in a public space guided by democratic, humanitarian and emancipatory values. In conclusion, we defend that it is the schools' responsibility to promote the strengthening of its public aspect through the targeting of communicative rationale which is by definition democratic and universal by design.

**KEYWORDS:** Communicative Action. School without ideology movement. Citizenship.

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma reflexão sobre o ensino da ética e da cidadania no contexto escolar brasileiro. Marcados historicamente pela má experiência proporcionada pelas extintas disciplinas de Organização Social e Política Brasileira (OSP), assim como a conhecida Educação Moral e Cívica (EMC), que foram instituídas pelo regime militar, e vieram acompanhadas da retirada das disciplinas de Filosofia e Sociologia do currículo do ensino médio, os educadores, e a sociedade em geral mostram-se desconfiados, reticentes, ou mesmo completamente contrários à possibilidade de uma disciplina que focalize os temas "ética e cidadania".

Associe-se esta má experiência histórica, ideologicamente enviesada, à emergência das temáticas referentes ao multiculturalismo e temos um estado de coisas no qual a temática da ética e da cidadania encontra pouco espaço formal, mesmo quando se trata dos cursos das áreas de ciências humanas no ensino superior. Certamente o multiculturalismo é de suma importância em uma sociedade diversa e ainda marcada por preconceitos e discriminações de várias ordens, como é o caso do Brasil. Assim sendo, a reticência à discussões sobre valores transculturais, ou com pretensões à universalidade, é uma cautela razoável, dado à usual manipulação tanto religiosa quanto política que envolveu e ainda envolve o tratamento de tais questões.

Por outro lado, é preciso se precaver para que a recusa em se trabalhar

temáticas éticas e valores humanos possivelmente universalizáveis por parte das instituições laicas de ensino não seja ideologicamente apropriada por interesses particulares de determinados grupos sociais dominantes, que assim conseguem fazer seus valores particulares circularem como valores ‘naturais’, “evidentes” ou “inquestionáveis”.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Começemos a discussão sobre a ética nos dias atuais fazendo uma citação que dará o tom das concepções éticas a serem aqui defendidas e utilizadas como fundamentação para nossa reflexão sobre o ensino da ética e cidadania.

Nossa civilização é marcada por um ‘paradoxo de base’, uma humanidade que pretende ter atingido a suprema forma de racionalidade no conhecimento dos fatos deve conformar-se a decisões irracionais no que diz respeito a sua práxis moral (OLIVEIRA, p. 155, 1997)

O estudo da ética hoje não pode mais estar distanciado do estudo da ciência. Sendo mais preciso, estudar ética hoje nos obriga a estudar o modo de racionalidade científica. A nossa civilização alcançou um espantoso desenvolvimento no campo da ciência que, através da tecnologia, se faz presente em todas as esferas de nossas vidas. Neste contexto, o pensamento ocidental desenvolve um sistema de complementaridade (APPEL, 2002).

Este sistema de complementaridade tende a dividir todo o campo da ação e reflexão humana em dois grandes grupos. Em um extremo teríamos o campo da ciência, que se pretende valorativamente neutra, tem nos fatos ‘objetivos’ seu objeto de estudo, na racionalidade instrumental seu método, e na intersubjetividade seu objetivo. Esta ciência, por ser instrumental (ADORNO, HORKHEIMER, 1986) não se propõe a refletir sobre os fins da ação humana.

Na outra extremidade, tem-se o campo das decisões éticas, da reflexão sobre o certo e o errado, da relação entre os meios e os fins últimos das ações humanas. Assim caracterizado o campo da ética, tende-se a ver as reflexões sobre a finalidade e a legitimidade de nossas ações como estando relegadas à esfera privada. Por serem vistas como fruto de um decisionismo irracional e pessoal, as decisões éticas não poderiam vir a ser tomadas publicamente, e nem justificadas nesta esfera.

Assim, o grande problema que emerge da instauração deste sistema artificial de complementaridade é que ele impossibilita a fundamentação de qualquer ética, dando origem ao relativismo que vigora em nossos dias.

O relativismo ético defende que cada grupo social tem sua própria ética, que a ética, por ser uma produção cultural, é arbitrária e em última instância irracional, já que careceria *a priori* de consenso intersubjetivo. As ciências sociais, a psicologia,

a antropologia, e a etnografia nos fornecem inúmeros exemplos ilustrativos desta variedade de práticas culturais. A constatação descritiva deste pluralismo ético, fornecido por várias disciplinas das ciências humanas, acaba por servir, direta ou indiretamente, de justificativa para a concepção relativista de que a ética deve ser assunto de foro privado escolhido volitivamente. Este relativismo é fruto de uma concepção errônea e limitadora de razão, denominada pelos teóricos da Escola de Frankfurt de ‘razão instrumental’ (ADORNO, HORKHEIMER, 1986).

A razão instrumental é caracterizada pela ausência de criticidade, pela ausência de reflexão sobre as consequências de suas próprias conquistas. Este ponto cego, aquilo que existe de irrefletido dentro da própria razão, é oriundo da equalização de razão com neutralidade. A razão instrumental, em sua roupagem cientificista moderna, se propõe, mediante uma aliança com a produção de tecnologia, a suprir demandas sociais, sem questionar a racionalidade ou legitimidade destas demandas. A naturalização da divisão social do trabalho, associada à uma concepção de razão instrumental, possibilita a utilização dos melhores cientistas, das mais avançadas tecnologias, e de vastos recursos para a criação de armas de destruição de massas ou aparelhos eletrônicos com fins exclusivos de entretenimento. A utilização da razão sem o questionamento dos fins das ações racionais, leva à reificação deste próprio estado de coisas.

O grande erro cometido sob o reinado da redução da razão ao seu aspecto instrumental consiste em equiparar a fundamentação da ética com a fundamentação da razão técnico-científica. Uma vez que a racionalidade científica se coloca como hegemônica nos dias atuais, ser racional passa a ser considerado sinônimo de ser científico. Por derivação, a partir desta falsa premissa, todo saber que não é científico (inclusive a ética), passa a ser considerado de antemão como sendo ‘irracional’. Por ser considerada valorativamente neutra, a racionalidade científica converte o seu critério de racionalidade em critério para qualquer discurso que se pretenda racional, ou seja, em critério da racionalidade como um todo.

Neste contexto, a ética é relegada à esfera privada da vida, à dimensão do íntimo, privado, volitivo. A ciência, por sua vez, pode ser ensinada, socializada, tida como racional, uma vez que sua neutralidade lhe garantiria a possibilidade do consentimento intersubjetivo.

A propagação do relativismo ético, a partir da hegemonia deste modelo de racionalidade, é especialmente preocupante nas atuais condições socio-culturais. Isto porque pela primeira vez na história da humanidade, a civilização pode efetivamente ser considerada planetária, o que significa que as ações individuais são facilmente geradoras de macro-efeitos sociais. As ações e omissões das pessoas comuns não afetam mais apenas aquelas pessoas imediatamente em contato com elas.

A humanidade inteira passa a ser direta e potencialmente afetada pelas ações de pessoas comuns. A superpopulação e os problemas ecológicos de poluição são bons exemplos deste aumento exponencial do número de pessoas que virtualmente podem ser afetados por nossas ações mais ordinárias. Os movimentos migratórios, o consumo de produtos transgênicos, a prática de boicotes às marcas que fazem testes em animais etc., são todos exemplos de ações pontuais de cidadãos comuns que influem nos rumos de políticas de alcance internacional.

Em um nível mais macrossociológico, quando o governo dos EUA se nega a assinar um acordo para redução gradual de emissão de poluentes (Protocolo de Kioto), ou quando a floresta amazônica é rapidamente desmatada pelo agronegócio, estas decisões de países individuais não afetam somente seus habitantes. Geram consequências para todo planeta. Da mesma forma, decisões individuais (quantos filhos terei?), geram problemas nacionais (econômicos e previdenciários) e acabam por afetar todo o globo (superpopulação). É inviável abordar problemas complexos como estes em um nível privado e volitivo. Decisões éticas, baseadas em uma racionalidade não-instrumental, são indispensáveis para que se possa encaminhar uma via de solução destes problemas.

Apel (2002), defende que a ciência se vincula, em alguma medida inevitável à ética. A partir de Weber (1970) fica claro que a ciência, mesmo sustentando sua pretensão de neutralidade, é marcada por princípios normativos (como a busca da verdade, que é um valor e não um fato, p. ex.). Com Habermas (1984) demonstra-se que todo saber trai algum interesse cognitivo, e a própria existência destes interesses lança a ciência, dita neutra, de volta ao campo valorativo.

Por outro lado, a ideia de que a filosofia atual, a partir de sua virada linguístico-pragmática é capaz de demonstrar a racionalidade do discurso ético, com o mesmo nível de precisão apresentado pelo discurso científico, reabilitaria a ética como temática de ensino em países laicos e multiculturais.

Assim, em uma civilização planetária, na qual todos dependem de todos, é preciso que se forme uma ética racional da solidariedade. Faz-se necessário que as vontades dos povos sejam racionalmente direcionadas para que partilhemos de uma visão de dependência mútua, semelhante àquela que pessoas em um mesmo barco sentem (APEL, 2002).

## ÉTICA E MULTICULTURALISMO

Pensar o ensino da ética, em sociedades laicas e multiculturais, nos obriga imediatamente a distingui-la da moral. De um ponto de vista que acredita ser possível fundamentar o discurso ético, é imprescindível entender que a moral é um conceito



plural, estando ligada aos costumes vigentes e hegemônicos em determinadas culturas e épocas.

(...) a moral pertence à ordem das condutas, ações, normas em vigor, estabelecidas, dominantes e hegemônicas. De fato, vale dizer “a totalidade prática de relações reais, históricas e concretas realmente existentes...Ao contrário das morais, que são numerosas (sistemas históricos, de culturas, de classes sociais, de etnias, morais setoriais) relativas, históricas e transcendentais, a ética é uma e absoluta. Princípios éticos, como por exemplo “liberta o oprimido!” são válidos por todas as épocas (por toda situação histórica possível); são princípios que não perderam seu caráter histórico “concretos, entretanto não-relativos”. Através destes princípios, a ética vai de encontro à moral vigente, exige, obriga e normatiza a negação da conduta opressiva. Em outros termos, ‘ela nega a validade da moral que justifica a opressão’ (MANNON, 2002).

A defesa de uma concepção de ética não relativista, e racional, não leva necessariamente à negação da história ou das condições concretas de sua formulação e existência. De fato, em Habermas, herdeiro que é dos ideais emancipatórios da escola de Frankfurt, assim como em Apel, a ética se justifica à medida mesmo que é possível justificar qualquer pretensão de racionalidade. Em outras palavras, o caráter racional da ética pode ser derivado das condições concretas, sempre pressupostas por qualquer discurso que se pretenda racional. A pressuposição de racionalidade de qualquer discurso desemboca em condições éticas de comunicação livre de opressão, simetria entre os falantes e etc.

## CRISE DE LEGITIMAÇÃO NO CAPITALISMO TARDIO

Percebe-se, pois, que a necessidade de discutir a fundamentação da ética, e de se estabelecer o seu ensino da ética e o de cidadania em escolas advém de um posicionamento teórico, marcado pela lógica da racionalidade instrumental. Habermas (1984) vê em determinações morais, e não em forças primariamente econômicas a pedra na qual repousa o desenrolar da história cultural. Isto porque, em sua leitura, novos princípios organizacionais da estrutura social pressupõem formas novas de integração social. Seriam estas formas de organização social que possibilitariam a implementação de forças produtivas viáveis ou a criação de novas estruturas produtivas. O mesmo processo ocorrendo no caso da intensificação ou complexificação da estrutura social.

Claramente baseado em Weber, Habermas (1984) recorre às instituições políticas, organizações que subsistem graças ao reconhecimento e não devido à violência material. O poder legítimo é fruto das convicções comuns que se formam num processo de comunicação à princípio não coercitivo. Assim, estudar as dificuldades e possibilidades de se fundamentar teoricamente uma ética nos dias atuais é indispensável para quem trabalha com os conceitos de ‘cidadania’, ‘organização social solidária’ etc. Para se tratar do conceito de cidadania é preciso

que se recue a estruturas comunicativas mais profundas do que a moral, é preciso que se discuta a fundamentação ética e condições de possibilidade do agir racional em si.

Em seu livro *Mudança estrutural da esfera pública*, Habermas (1984) aponta a origem da crise de legitimação do capitalismo tardio num tipo de relação específica que se estabeleceu entre a esfera pública e a privada numa configuração histórica dada. A partir do momento em que se considera a esfera pública uma mera aglomeração de indivíduos, vistos como mônadas isoladas, com pensamentos e demandas privadas e se instaura a esfera privada como um *locus* de voluntarismo alheio à fundamentação racional, uma série de problemas de legitimação emergem e se configuram insolúveis. Assim, por exemplo, o voto passa a ser entendido neste momento histórico como uma decisão voluntarista privada, alheia à ética e à razão, expressão da vontade individual e não tendo nada além desta como seu guia. Algumas dificuldades ético-políticas emergem deste estado de coisas.

Se os representantes públicos são eleitos pela mera soma dos interesses privados, o sistema representativo em si mesmo fica carente de legitimação que não seja a força bruta dos números. Para que o sistema democrático representativo seja legitimado é preciso que o voto represente, pelo menos *a priori* o interesse da coletividade e não apenas o interesse privado e egoísta da maioria. Em outras palavras, é preciso que o voto se fundamente em uma ética, racionalmente fundada, para que o poder dele oriundo represente legitimamente o bem coletivo. Para tanto, é preciso que, nas palavras de Habermas (1984) a esfera pública seja repolitizada. A alternativa é a ditadura da maioria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações sobre o caráter racional da ética, quando contrastada com a ciência, denotam que a pretensa exclusividade no uso da razão por parte da ciência não pode se justificar diante das contribuições de autores que se vinculam tanto à tradição da teoria crítica emancipatória quanto à tradição analítico-pragmática da filosofia da linguagem contemporânea.

Uma vez que a relação da pedagogia com a ciência em países ocidentais laicos foi forjada à despeito da filosofia, é de se esperar uma reticência das instituições de ensino diante do tema da ética. A inflação da razão instrumental, tende, nessas instituições, a sufocar os ímpetos alardeados de educar para a democracia. Neste contexto, a fundamentação da ética como discurso equiparado em suas pretensões de racionalidade ao discurso científico é imprescindível para que esta área do saber reencontre espaço dentro das instituições de ensino.

É compreensível que, na experiência histórica das instituições educativas brasileiras, a área dos valores tenda a ser evitada atualmente. Isto porque, durante a ditadura militar, disciplinas como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira foram utilizadas como ferramenta de doutrinação, à serviço do poder vigente. No atual contexto de discussão, o ensino para ética e cidadania deve ser apoiado em fundamentos racionais, sempre deixando clara a distinção entre moral e ética. Assim, a recorrência à argumentação filosófica, à uma concepção racional de ética e a uma visão histórico-crítica de cidadania servem para pautar um ensino em prol da emancipação dos alunos e constituição de um espaço público democrático e plural. É uma consequência, a nosso ver, democraticamente indesejada, apesar teoricamente antecipada, que a propagação do relativismo moral tenha possibilitado a emergência de um discurso aparentemente isento, neutro e objetivo como o sustentado pelos defensores do movimento “escola sem partido”, que traz consigo claramente a marca daquele mesmo movimento que instituiu as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira.

Por fim, a discussão racional de valores é um problema inadiável em qualquer sociedade que se pretenda multicultural e plural. É indiscutivelmente importante o respeito às diferentes práticas culturais, valores e formas de vida. Entretanto, o discurso do multiculturalismo, muitas vezes é cooptado por diferentes agentes opressores que o usam sob o manto do relativismo ético, no sentido de que, inclusive a opressão é uma forma cultural de existência que deveria hipoteticamente ser respeitada. Sendo assim, urge que a educação e a filosofia de cunho crítico se armem, e armem os cidadãos de um repertório ético-filosófico que torne simultaneamente possível o respeito à diferença e a defesa dos valores emancipatórios humanos.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1986.

ADORNO, Theodor W. “Educação após Auschwitz”. In: **Educação e Emancipação**. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra. Tradução de Wolfgang Leo Maar p. 119-138, 2003.

ALMEIDA, Danilo Di Manno de. **Corpo em ética: perspectivas de uma educação cidadã**. São Bernardo do Campo, SP: UMESP, 2002.

APEL, Karl-Otto. **Estudos de moral moderna**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ARROYO, M. Educação e exclusão da cidadania. In: ARROYO, Miguel; BUFFA, Ester; NOSELA, Paulo. (orgs.) **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez, 2004.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. **Constituição Federal**. Art. 205. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/1241734/artigo-205-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 30 de setembro de 2018.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO (CAMPANHA). «ONU se manifesta contra o “Escola Sem Partido” e cita mudanças na Base Curricular». 13 de abril de 2017. <http://campanha.org.br/direitos-humanos/onu-se-manifesta-contr-o-escola-sem-partido-e-cita-mudancas-na-base-curricular>. Acesso em: 30 de setembro de 2018.

ESCOLA SEM PARTIDO. «Quem somos». [www.escolasempartido.org](http://www.escolasempartido.org). Acesso em: 30 de setembro de 2018.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. **The theory of communicative action: lifeworld and system: a critique of functionalist reason**. Boston: Beacon Press, 1989.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Ética e racionalidade moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

SBPC. Assembleia Geral Ordinária dos Sócios (7 de julho de 2016). «Moção contra o Projeto Escola sem Partido, PL 867/2015». <http://sbpcacervodigital.org.br/handle/20.500.11832/2185>. Acesso em: 30 de setembro de 2018.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1970.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aprendizado 7, 13, 18, 33, 34, 37, 43, 44, 68, 133, 147, 169, 170, 171, 174, 176, 177, 181, 186, 193, 216, 218, 230, 253

Arte 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 65, 90, 148, 150, 187, 193, 194, 196, 259

Avaliação em processo 131, 134, 135

### B

Bilinguismo 32, 33, 34, 37, 39, 43

### C

Cidadania 21, 77, 78, 79, 82, 84, 85, 88, 101, 102, 103, 106, 107, 110, 111, 112, 117, 129, 146, 182, 219, 232, 233, 234, 237, 239

Cuidar 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 65, 139, 219

Cultura de paz 195

### E

Editais 143, 144, 150, 151, 152, 154, 156, 157

Educação no Brasil 91, 95, 100, 103

Educar 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 45, 63, 92, 178, 200, 231, 232, 238

Ensino Religioso 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119

Escola 29, 30, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 53, 54, 56, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 71, 74, 85, 90, 92, 98, 99, 100, 104, 105, 107, 111, 112, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 126, 129, 130, 141, 146, 148, 157, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 171, 174, 176, 177, 180, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 230, 231, 232, 233, 235, 237, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 253, 259

Escolas do amanhã 59, 65, 67, 71

Estágio Supervisionado 1, 2, 6, 8

Estudo de caso 38, 53, 58, 110, 131, 136, 137, 141

### F

Formação de Professores 2, 14, 20, 49, 53, 54, 55, 58, 74, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 154, 159, 161, 162, 167, 223, 230, 250, 252, 254, 255, 257, 258, 259

Formação Docente 9, 11, 13, 20, 53, 121, 122, 123, 127, 148, 162, 167, 168, 187, 257, 258

FUNDEB 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110

## G

Gestão democrática 100, 191

Gestão escolar 49, 55, 113, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 196, 199

## H

Herbicida 202, 205, 207, 208

## I

IDEB 47, 48, 50, 59, 60, 61, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 73

Inovação no Ensino 120, 121

Interações sociais 188, 189, 190, 191, 192, 199

Interdisciplinaridade 1, 6, 8, 124, 127, 230

## L

Legislação 32, 34, 35, 36, 98, 103, 114, 115, 116, 118, 190

## M

Metodologias Ativas 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 141, 182

## P

Participação política 76, 83, 97

Pedagogo 91, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 155, 158, 244, 258

Plano de Ações Articuladas 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

Polícia e Escola 112

Políticas Educacionais 49, 50, 52, 58, 91, 99, 191, 199, 252, 258, 259

Políticas Públicas 33, 47, 48, 50, 52, 55, 62, 74, 86, 92, 93, 94, 95, 98, 100, 101, 102, 106, 110, 111, 113, 259

Prática docente 38, 120, 123, 221, 222, 224, 228, 254, 256

Professor 12, 13, 14, 15, 19, 20, 25, 32, 34, 35, 38, 39, 40, 42, 78, 85, 87, 91, 100, 113, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 132, 133, 134, 138, 139, 140, 146, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 169, 170, 171, 173, 175, 177, 178, 180, 184, 186, 187, 193, 198, 200, 217, 222, 223, 224, 228, 229, 231, 241, 243, 248, 250, 253, 254, 255, 256, 258, 259

## R

Residência 221, 222, 223, 224, 229, 230

## S

Saúde Ambiental 209, 210, 211, 212, 213, 215, 218, 219, 220

## T

Tecnologias 11, 13, 14, 16, 18, 19, 21, 35, 78, 79, 80, 84, 85, 87, 88, 127, 128, 129, 130, 146, 148, 150, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 235, 241, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**